

Edital de chamada de artigos, resenhas e comentários à jurisprudência para a Revista da Defensoria Pública da União n. 7

O Conselho Editorial da Revista da Defensoria Pública da União estará recebendo, **até o dia 20.11.2013**, artigos, resenhas e comentários à jurisprudência para publicação em seu sétimo número.

A Revista da Defensoria Pública da União teve seu primeiro número publicado no primeiro semestre de 2009, com o objetivo inicial de divulgar textos de autoria dos Defensores Públicos Federais brasileiros, a fim de disseminar o conhecimento produzido pela pesquisa desenvolvida pelos profissionais da Instituição.

A cada número, a Revista vem se adequando cada vez mais aos padrões de qualidade exigidos pela CAPES, graças à colaboração de todos os que até a presente data enviaram seus trabalhos para publicação.

Destaca-se, por oportuno, que a Revista não se destina a publicar apenas artigos de Defensores Públicos Federais. Pelo contrário, busca-se justamente a participação de outros profissionais e estudantes para o enriquecimento do debate acadêmico na temática proposta pela Revista.

Linha editorial

Os trabalhos a serem publicados por este periódico devem ser **inéditos** e se adequar aos temas afetos à **Defensoria Pública, à promoção dos Direitos Humanos e ao acesso à Justiça.**

Em princípio, a temática sobre a qual se debruçam os autores desta Revista é bastante ampla, porém há de se ressaltar que a sua especificidade se verifica na abordagem das mudanças inscritas no Direito contemporâneo, nas práticas jurídicas, além das peculiaridades da atual sociedade de consumo, marcada pela acelerada exclusão, pelo individualismo exacerbado e, ao mesmo tempo, permeada pelo avançado desenvolvimento tecnológico.

Por força da complexidade dessas transformações, a linha editorial da Revista incentiva uma abordagem transdisciplinar e crítica da temática proposta, a qual deverá criar condições para uma interlocução do discurso jurídico com os discursos sociológicos, filosóficos, historiográficos, economicistas, da ciência política e vice-versa. Da mesma forma, incentiva, por meio das resenhas, a divulgação de textos acadêmicos de relevância, por vezes inacessíveis a muitos porque existentes apenas em língua estrangeira. Por fim, objetiva, ainda, acompanhar a evolução da jurisprudência pátria, por meio da análise de julgados relevantes e afins à proposta temática.

Avaliação

A avaliação dos textos se iniciará com análise prévia e sumária de verificação da compatibilidade do conteúdo com a temática proposta pelo periódico.

Caso seja aprovado nesta fase, o artigo, sem identificação, será imediatamente submetido à apreciação de dois pareceristas que, ao avaliarem a sua forma e o seu conteúdo, deverão se manifestar pela aprovação ou não do trabalho.

Tais avaliadores poderão aceitar ou rejeitar o artigo, ou ainda sugerir alterações para sua publicação.

Neste caso, as sugestões serão imediatamente repassadas aos autores para realização dos ajustes. Então, feita esta adequação, o texto será reenviado ao avaliador para verificação das modificações

e, no caso de parecer favorável, será encaminhado ao Conselho Editorial para a seleção final dos artigos a serem publicados na edição atual e em edições posteriores, caso haja excedentes.

Regras de edição e formatação

A Revista da Escola Superior da Defensoria Pública da União publica trabalhos redigidos em português, espanhol, francês, italiano e inglês, digitados em processador de texto com extensão doc, txt, docx.

O autor deverá utilizar para o corpo do texto a fonte Times New Roman tamanho 13 e para as notas de rodapé e citações longas (mais de 3 linhas), Times New Roman tamanho 11.

O espaçamento das linhas relativas ao corpo do texto deverá ser de 1,5 cm e para notas de rodapé e citações longas de 1 cm.

As palavras estrangeiras deverão ser grafadas em itálico e os destaques, negritados.

O texto deverá estar em alinhamento justificado e com páginas não numeradas.

Os **artigos** deverão conter:

1. Mínimo de 15 e máximo de 25 laudas;

2. Cabeçalho: título, subtítulo e nome do(s) autor(es) (no máximo até três autores)

Título: em fonte maiúscula, em negrito e centralizado (deve expressar de maneira clara o tema abordado no texto);

Nome do(s) autor(es): indicação por extenso depois do título, alinhado à esquerda (com a devida qualificação, que deve conter a IES a qual está vinculado).

3. Resumo: como síntese do conteúdo do artigo, deverá conter de 100 a 250 palavras, será redigido em voz ativa, na terceira pessoa do singular e localizado antes do início texto.

Resumo em outro idioma: nos textos em português e espanhol, deverá ser apresentado também um resumo em inglês. Nos trabalhos em inglês e espanhol, o Editor-chefe providenciará, caso os autores não encaminhem, a tradução do resumo para o português;

4. Palavras-chaves: até 5 (cinco) palavras significativas que expressem o conteúdo do artigo, escritas em negrito, alinhamento à esquerda, separadas por ponto e vírgula ou ponto;

Palavras-chaves em outro idioma: nos textos em outras línguas, deverão ser apresentadas palavras-chave também em inglês. Nos trabalhos em outras línguas, o editor responsável providenciará, caso os autores não encaminhem, a tradução das palavras-chaves para o português;

5. Sumário: a informação das seções que compõem o artigo deve ser numerada progressivamente em algarismo arábico;

6. Texto do artigo: deverá apresentar como partes uma introdução, desenvolvimento e conclusão;

7. Citações, notas de rodapé e referências bibliográficas: devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 e NBR 6023). As referências bibliográficas no corpo do texto deverão ser no modelo nota de rodapé e ao final do texto deverão ser completas;

8. Anexo: material complementar ao texto, incluído ao final apenas quando indispensável;

9. Tabelas ou gráficos: devem ser adotadas as “normas de apresentação tabular” publicadas pelo IBGE.

As **resenhas** deverão conter:

1. Até 07 laudas;

2. Cabeçalho: Referência bibliográfica da obra original (autor, título, local, editora, ano, páginas)

Nome do(s) autor(es): indicação por extenso depois do título, alinhado à esquerda (com a devida qualificação, que deve conter a IES a qual está vinculado), antecedido da preposição “por”.

Exemplo:

Resenha de livro

TAVARES, Juarez. **Teoria do Injusto Penal**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, 432p.

Por José Francisco Silva

3. Texto: apresentação da obra objeto da resenha (resumo), com ou sem considerações críticas sobre o texto, a critério do autor.

Os **comentários à jurisprudência** deverão conter:

1. Até 05 laudas;

2. Cabeçalho: Referência do julgado objeto do comentário

Nome do(s) autor(es): indicação por extenso depois do título, alinhado à esquerda (com a devida qualificação, que deve conter a IES a qual está vinculado), antecedido da preposição “por”.

Exemplo:

Comentários à jurisprudência

STF, HC 00000/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em X/X/X, publicado no XXX em xx/xx/xxxx, p. x.

Por José Francisco Silva

3. Texto do comentário: deverá apresentar como partes uma introdução, desenvolvimento e conclusão;

Citações, notas de rodapé e referências bibliográficas: devem seguir as normas da ABNT. As referências bibliográficas no corpo do texto deverão ser no modelo nota de rodapé e, ao final do texto, deverão ser completas;

Anexo: material complementar ao texto, incluído ao final apenas quando indispensável, e Tabelas ou gráficos: devem ser adotadas as “normas de apresentação tabular” publicadas pelo IBGE.

Forma de envio dos textos

Todos os artigos, resenhas e comentários à jurisprudência deverão ser enviados por email à Escola Superior da Defensoria Pública da União (revista.esdpu@dpu.gov.br), acompanhados de:

1. Autorização em separado para sua publicação e divulgação pela Escola Superior da Defensoria Pública da União;

2. Declaração de responsabilidade pela autoria e **ineditismo** do trabalho;

3. Declaração de aceitação dos prazos e regras editoriais (modelo anexo).

Cada autor poderá submeter apenas um trabalho, no máximo, por categoria (artigo, resenha e comentário).

4. Os nome(s) do autor (res) deve (m) estar acompanhado(s) de breve currículo

Alexandre Mendes Lima de Oliveira
Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública da União

Érica de Oliveira Hartmann
Presidente do Conselho Editorial da Revista da DPU

DECLARAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, com endereço profissional na Rua _____, membro da Instituição X/professor/aluno na _____ (nome e sigla da IES), declaro para os devidos fins que o texto intitulado _____, é inédito, de minha autoria, e foi enviado para publicação na Revista da Escola Superior da Defensoria Pública da União, mediante aceitação dos prazos e regras editoriais indicados no respectivo edital de chamada de trabalhos. Declaro, ainda, que autorizo a sua publicação e divulgação pela Escola Superior da DPU. Por ser expressão da verdade, assino ao final o presente documento.

Local e data

NOME E ASSINATURA DO AUTOR